BIBLIOTECA ESCOLAR NOCONTEXTO DAS REFORMAS LIBERAISDO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SECULO XX:ANÁLISES A PARTIR DO CONCEITO DE REGIME DE INFORMAÇÃO

<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/12107/8875> acesso 12 abril 2023

Debora Santos de Oliveira Mestre em Ciência da Informação e Doutoranda em "Knowledge Society" pela Universidadde Salamanca, [Espanha.debora\_oliveira@id.uff.br.https://orcid.org/0000-0001-5084-3936](mailto:Espanha.debora_oliveira@id.uff.br.https://orcid.org/0000-0001-5084-3936)

Elisabete Gonçalves de Souza Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, Brasil. [elisabetes.souza@gmail.com.https://orcid.org/0000-0001-9707-6017](mailto:elisabetes.souza@gmail.com.https://orcid.org/0000-0001-9707-6017)

Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grandev. 35, n. 01, p. 132-146, jan./jun. 2021. ISSN 2236-7594. DOI: https://doi.org/10.14295/biblos.v35i1.12107

RESUMO

Este artigo traz dados históricos sobre a biblioteca escolar no Brasil,com destaque para sua inserção nas reformas educacionais ocorridas no país em meados dos séculos XIX e XX. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratória, pois estabelece o levantamento bibliográfico como caminho principal para investigação, com análises sob o ponto de vista do conceito de regime de informação.O estudo enfatiza as problemáticas relacionadas à biblioteca escolar e à educação nos anos de 1920-30, período em que a biblioteca escolar é mencionada pela primeira vez nas políticas públicas para a educação; destaca a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) e do Instituo Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), instituições estratégicas para o fomento de políticas alinhadas com projeto urbano-industrial em curso. Conclui que o novo regime de informação, conduzido pelo governo Vargas, espraiou-se pelo campo educacional com o apoio dos escolanovistas, ressignificando as funções da escola e de sua biblioteca.

Palavras-chave: História da biblioteca escolar no Brasil. Educação e biblioteca no Brasil. Escola Nova. Regime de informação.

**RESUMO:**

**1 INTRODUÇÃO**

A partir dos anos 1880-1890, as relações Escola-Biblioteca emergem no Brasil, “período em que o projeto de modernização de corte liberal-manufatureiro começava a despontar em crítica ao modelo agrário-exportador dominante” p.3 “É no quadro das reformas liberais que o presente artigo procura analisar o percurso histórico da biblioteca escolar no Brasil, entre o final do século XIX e o início do século XX, mais especificamente os anos de 1930, quando a burguesia industrial lança suas teses com vista a modernizar o Estado e a reformulá-lo para poder dirigi-lo, instaurando um novo de regime de Informação”, conceito que segundo González de Gómez (2008; 2012), “ é um instrumento analítico que nos permite reconstruir os ‘[...] modos de produção de ações e práticas de informação, ancoradas nas redes densas de relações culturais, sociais e econômicas e condicionadas pelas estruturações preferenciais das relações de poder’ (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2008, p.2)

Na área educacional, destaca-se a influência do movimento escolanovista, cujo Primeiro Manifesto (1932) apontava, ainda que de forma não sistematizada, a preocupação com equipamentos educacionais para o desenvolvimento da aprendizagem, como laboratórios e bibliotecas, tendo em vista o desenvolvimento de um projeto de nação nos quadros da modernidade capitalista, em que escola torna-se um lugar fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas (p.3)

O ideário do movimento escolanovista se coadunava com o projeto nacional-desenvolvimentista liderado pela burguesia nacional, que, para se afastar das disputas políticas, colocava-se envolta no manto da racionalização administrativa, cujas ações envolviam a gestão da informação para tomada de decisões. Ações essas consubstanciadas por meio da criação de órgãos assessores em diversas áreas, como o Instituto Nacional do Livro (INL)1e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)2, agências que direta e indiretamente tiveram e têm relação com a questão do livro e das bibliotecas públicas e escolares.

1 O INL foi o órgão responsável pela política nacional do livro e das bibliotecas por sessenta anos. Tinha como uma de suas finalidades incentivar a criação de bibliotecas públicas no Brasil. O órgão foi extintoem 1992, substituído pelo SNBP(Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas).

2 O INEP,durante a sua história,recebeu várias denominações, mas mantendo sempre a sigla original: Instituto Nacional de Pedagogia (1937), Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (1972) e, em 2003, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

**2 EDUCACÃO NO BRASIL NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX**

“No início do século XIX, a educação brasileira ainda respirava os resquícios da educação religiosad e corte propedêutico, cujas práticas educativas forjavam uma educação elementar voltada para aalfabetização das classes subalternas, por meio da ação do professor régio, e uma educação secundária esuperior direcionada àsclasses dominantes.” (p.3) “A base econômica agrário-exportadora não via a escolarização como uma prioridade para o desenvolvimento das forças produtivas...As províncias mais ricas desenvolveram uma rede de ensino, como ocorreu em São Paulo, outras, no entanto, sem recursos financeiros, pouco ou nada fizeram para ampliar suas escolas.” (p.3)

A criação de bibliotecas escolares, no sentido hoje entendido, começou a acontecer no país com a fundação das escolas normais. A primeira a ser criada foi a Biblioteca da Escola Normal Caetano de Campos, São Paulo, em 30 de junho de 1880 e, anos depois, em16 de junho de 1894, inaugura-se a Biblioteca do Ginásio do Estado da Capital [...] (VALIO, 1990, p.18)

“nas décadas de 70 e 80 do século XIX,tivemos uma intensa movimentação de ideias no campo político, econômico e ideológico com profundas repercussões no setor educacional... a difusão do ensino ou das ‘luzes’, como se dizia, (passou) a ser encarada como indispensável ao desenvolvimento social e econômico da nação [...]”(TANURI, 2000, p.66)

Essa nova ideologiaobjetivavaunir o trabalho à educação, em troca da formação do cidadão-eleitor. Políticos, como Rui Barbosa, enfatizavam que a sociedade brasileira deveria iniciare desenvolver a cultura do voto, fato que nos diferenciaria como um povo livre. As reformas educacionais postuladas por Rui Barbosa possuíam o caráter de ensinar o homem a votar

“Essa tendência se expressa nas reformas educacionais de então, por meio das quais os liberais tentaram se desvencilhar do passado escravocrata, realçando o tempo presente como manifestação da modernidade. Desprezavam-se as ações do “antigo regime” e propagavam novas práticas de ensino, entre elas, aquelas que incluíam a difusão do livro e da biblioteca”p. 4

A instauração da República, em 1889, fezaflorar um projeto de nação que procurou negar suas raízes agrárias e escravistas, contraditoriamente perpetuada pelas oligarquias regionais. Nesse contexto,um novo ator começa a despontar: a escola pública enquanto valor universal, face à necessidade da formação para o trabalho urbano-industrial;a necessidade de alfabetizar o eleitor, visando retirar das oligarquias agrárias o controle dos estados. Uma nova rede de informação estruturava-se em vista dos novos contornos sociopolíticos e econômicos em curso” p.5

**2.1 Escola e biblioteca: as reformas liberais na educação**

“**Para a biblioteca escolar brasileira, o século XX foi muito promissor**. Nesse momento, **ela se distingue como participante do movimento político pedagógico e aproxima-se do conceito de “recurso pedagógico**” tal como a conhecemos hoje. Eggert-Steindel e Fonseca (2010) apontam que as primeiras décadas desse século foram cruciaisparao desenvolvimento da biblioteca escolar e destacam alguns agentes que foram importantes para tirar a biblioteca da penumbra e inseri-la no contexto das políticas pedagógicas, como o movimento da Escola Nova.” p.5 (grifos nossos)

Nesse contexto, a institucionalização da biblioteca escolar, como instrumento de estímulo ao aprendizado e àleitura, surge como uma necessidade inexorável, passando a ser vista como um recurso a auxiliar no processo de educação formal (CAMPELLO, 2008) p.6 Para os seus idealizadores“[...] ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é instrumento imperfeito” (LOURENÇO FILHO, 1946, p.4) p.6 As reformas oitocentistas, “previam a criação de bibliotecas, mas restringiam-nas à instrução dos professores, vindo apenas a ser citadas como“[...] ambiente integrante nos grupos escolares depois da década de 1920” (MARTINS; REIS, 2016, p.205), com a radicalização do debate promovido pelos reformadores da educação nova.” P.6

o Manifesto dos Pioneiros , de 1932, também conhecido como Manifesto da Escola Nova... é considerado um documento basilar para entendermos a inclusão da biblioteca escolar nos fluxos de informação do novo regime inaugurado com a ascensão de Getulio Vargas ao poder, cujo projeto político envolvia mudanças não só no modo de produção, mas nos modos de pensar,educar e governar. No campo da educação, dentre muitos pontos apresentados no Manifesto, no Artigo VIII, observa-se: VIII –Desenvolvimento das instituições de educação e de assistência física e psíquica à criança na idade pré-escolar (creches, escolas, maternais e jardins de infância) e de todas as instituições complementares pré-escolares e pós-escolares. [...] Em meio a um dos princípios gerais do Manifesto, consta: d) e para a intensificação e extensão da obra de educação e cultura (bibliotecas escolares) fixas ou circulantes (museus escolares, rádio e cinema educativo) (MANIFESTO... 1932 apudAZEVEDO, 1932, p.124-125, destaque das autoras). Nota-se que a biblioteca escolar (fixa ou circulante) é apresentada como parte da política educacional, sendo defendida pelos signatários do Manifesto como uma das instituições complementares para o desenvolvimento da educação, “na pré-escola e na pós-escola” (MANIFESTO... 1932 apud AZEVEDO, 1932 p. 124)

Ao abraçar um projeto industrialista... esta nova concepção de escola deveria valorizar a teoria e a prática “[...] como uma tentativa de superação da escola tradicional excessivamente rígida, magistrocêntrica e preocupada com a memorização dos conteúdos” (ARRUDA, 1989, p.20) p.8

Diferente das reformas oitocentistas, que tinham como objetivo a alfabetização com vista a ampliar o número de eleitores, fragilizando o poder das oligarquias regionais, o projeto liberal de educação levado a cabo pelos escolanovistas centrava-se no fortalecimento da economia urbano-industrial, procurando se afastar dos atritos com as oligarquias ainda hegemônicas, reforçando, de um lado, a crítica às escolas tradicionais propedêuticas; de outro, exaltando o conhecimento técnico e sua contribuição para o desenvolvimento econômico” p.8

O Manifesto dos Pioneiros é uma peça política “de um novo regime de informação. Seu texto tinha o propósito explícito de orientar as políticas educativas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Porém, mais do que uma carta de intenções, o Manifesto proclamava e indicava para o governo a necessidade de uma escola renovada, alinhada como os princípios da ciência e da técnica” p.8

**2.2 O INL e o INEP: Educação, Biblioteca e Regime de Informação**

“Ao lado da escola pública, a biblioteca escolar, **entendida como equipamento pedagógico complementar**, associava-se a outras agências que despontavam para consolidar o novo regime de informação instaurado sob a égide do governo Vargas, como o Instituto Nacional do Livro (INL) e o Instituto Nacional de Pesquisas Pedagógicas (INEP) p. 8-9 (**grifo nosso**)

**O INL** foi criado em dezembro de 1937 pelo decreto 93 e entre suas competências estavam: a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional; c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros; **d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional (BRASIL, 1937) p.9 (grifo nosso).**

“Mário de Andrade envolveu-se com o INL, no projeto da enciclopédia nacional,e defendia as bibliotecas públicas como uma das instituições mais importantes para o desenvolvimento da cultura nacional” p.9 Segundo Gugliotta (2019), o INL não apenas se preocupou com a criação de bibliotecas públicas como organizou campanhas para o cadastramento das bibliotecas existentes, assim como ofereceu assistência técnica especializada aos seus profissionais. Mas, todo **esse esforço** em torno do livro, primeiro, e de forma colateral em direção às bibliotecas, **não foi suficiente para desencadear alguma política a ser desenvolvida especificamente para essas bibliotecas, sejam elas públicas ou as escolares, conforme nos chama a atenção Leitão (2010) e Oliveira (2019).**

Segundo Gugliotta (2019), osprojetos pensados no INL em torno da valorização do livro e da leitura, “[...] serviram para demonstrar que o Brasil avançava em um regime voltado para futuras políticas informacionais”. Nesse cenário, as bibliotecas públicas receberam uma atenção especial em detrimento das escolares, sendo inclusive direcionadas“[...] para atuarem como complemento ao processo educacional da população brasileira”.Segundo o autor, “[...] o INL cumpriu sua função, tendo em vista que em 1938 foram identificadas 78 bibliotecas em todo o país e em 1945 esse número havia subido para 332” (GUGLIOTTA, 2019, p.41-43)

O INEP era o “centro de cálculo”3 dos serviços informacionais na área de educação, mantendo uma biblioteca e um museu voltados para asquestões pedagógicas. Além disso, o INEP configurava-se como um órgão produtor de documentação para a difusão das ideais escolanovistas, além de manter umconstanteintercâmbio com os outros órgãos, dentre esses o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)

Em síntese: além de proporem a laicidade do ensino ea ampliação da escola elementar como um direito subjetivo, o projeto escolanovista se espraiou,alimentando e se retroalimentando do projetonacional-desenvolvimentista conduzido por Vargas.Na tarefa de auxiliar o Estado napromoção do livro e da educaçãono Brasil apoioue incentivoua criação do INL edo INEP,estimulando essas instituições a promoveremações e acumulareminformação sobre os mais diversos aspectos do meio cultural eeducacional, assim como, no caso do INL, auxiliar na edição e distribuição de livroseimplantação de bibliotecas; (FERREIRA, 2006; GUGLIOTTA, 2019) p.10

As reformas de corteliberal, no campo político-educacional, iniciadas no final do século XIX e consolidadas no século XX, e seu discurso em prol de um Brasil moderno e industrial revelam-nos, sob as lentes de regime de informação, que houve um fortalecimento na educação nacional, favorecendo a biblioteca escolar como equipamento fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem, ainda que de forma pragmática, como nos revela a fala de Lourenço Filho em seus escritos sobre a biblioteca escolar, sendo sua função descrita como“[...]estimular, coordenar e organizar a leitura[...], orientar os leitores, sugerir-lhes trabalhos, proporcionar-lhes melhores recursos de organização" (LOURENÇO FILHO, 1946,4). Nota-se que sua inserção no sistema de ensino é evidenciada como um recurso ou “equipamento” pedagógico, e não como uma instituição social e cultural.” p.10

Oliveira (2019), em estudo recente sobre a universalização da biblioteca escolar no Brasil, em que analisou a produção bibliográfica de pesquisadores e bibliotecários em dois fóruns da área, o Encontro Nacional de Pesquisadores em Ciência da Informação(ENANCIB) e o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD), observou que aqueles que simpatizam com a causa, quando tratam da questão, **raramente pensam a biblioteca escolar como uma instituição social, mas como um lugar**; como se a biblioteca escolar fosse apenas espaço, lugar onde são realizados serviços biblioteconômicos, atividades de leitura, ações com vista ao letramento informacional etc p.12 (**grifo nosso)**

3Latour (2000) define um centro de cálculo como uma instituição central com recursos para reunir e processar inscrições diversas vindas das periferias. Neste centro,as inscrições passam a ser padronizadas ecomparadas. Após esse trabalho, essas inscrições se ampliam e transformam-se em conhecimento sobre a realidade sendo capazes de operarem modificações na própria realidade. De todas as informações geradas pelo INEP, a informação estatística se colocava no cenário político como aquela que dava legitimidadeecredibilidade àsações por ser entendida como um discurso científico, imparcial, neutro.

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“Como destaca González de Gómez (2002), o regime de informação é uma ferramenta teórica capaz de identificar fenômenos sociais em ascensão –como a escola pública e laica –possibilitando aproximá-los e relacioná-los com as questões informacionais que direta ou indiretamente os envolvem.” P.12

“ pode-se dizer que o discurso escolanovista ressignificou a representação da biblioteca, trazendo-a para o centro da escola, ainda que a entendesse como um recurso complementar ao ensino-aprendizagem e não como uma instituição social, educativa e cultural, cuja ação não se restringe ao apoio ao curricular. O tom desse discurso pode ser identificado na narrativa pragmática sobre a biblioteca como lugar para “[...] treinar as crianças em atividades sociais (clubes de leitura e dramatização, autocontrole dos alunos etc.) [...]”(MEIRELES, 1979 apud MARTINS; REIS, 2016, p.236). Um discurso com forte influência daquilo que os educadores liberais chamavam de “racionalidade técnica”, que atingia a escola e seus equipamentos,c omo a biblioteca escolar p.13

Em um contexto como os anos de 1930 em que a modernização do Estado é definida por sua racionalidade técnica, o INL e INEP, como vimos, atuavam como agências a fim de produzir informações para um novo sistema sócio-político-econômico que se punha em cena, para o qual **a informação tornar-se-ia um item fundamental** para a tomada de decisões com vista à criação e à manutenção de um sistema público de ensino alinhado com os objetivos **de um novo projeto de Nação**, **que tinha a industrialização e a racionalização da gestão pública como um projeto de Estado**.

**REFERÊNCIAS**

ARRUDA, Maria Aparecida(org.).Históriada educação. Belo Horizonte: Autêntica, 1989.AZEVEDO, Fernando. A Reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo. Manifesto dos pioneiros da educação nova. São Paulo: Nacional, 1932. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4707.pdfAcesso em:10 de jun.de 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro [textoon line].Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.htmlAcesso em: 10 de jun. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº580, de 30 de julho de 1938. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos[textoon line].Disponível em:http://download.inep.gov.br/acesso\_a\_informacao/base\_juridica/decreto\_lei\_n580\_30071938\_instalacao\_inep.pdf/Acesso em 10 de jun. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL.Anos 20: questão social e reformas educacionais. Rio de Janeiro:CPDOC/FGV, 2018. Disponívelem:https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/ReformasEducacionaisAcesso em: 3 de abril 2019.

DUARTE, Marisa R. Teixeira; SANTOS, Maria Rosimary S. dos. Sistema Nacional de Educação e Planejamento no Brasil.Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n.71, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-24782017000400225&lng=en&nrm=isoAcesso em 29 de jun. 2020.

EGGERT-STEINDEL, Gisela e FONSECA, Caio Faria. A biblioteca escolar: participante da promoção da justiça e êxito escolar. In: VALLE, Ione Ribeiro; SILVA, Vera Lucia Gaspar da;DAROS, Maria das Dores Daros (org.). Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

FERREIRA, Márcia dos Santos. Centros de Pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970. 2006. 315f. Tese (Doutorado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Novos cenários políticos para a informação. Ciência e Informação, Brasília, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr. 2002. Disponível emhttp://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdfAcesso em 09 de set. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; CHICANEL, Marize. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de Informação: construção de um conceito.Inf. & Soc.: Est., João Pessoa, v.22, n.3, p.4360, set./dez.2012.

GUGLIOTTA, A. Da informação técnico-administrativa à científico-tecnológica: a influência do regime de informação estadocêntrico na formação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD).Niterói, 2019. Tese (Doutorado em Ciênciada Informação)–Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções.In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (org). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p.21-44.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. A relação entre as bibliotecas públicas, bibliotecários e a censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão. Tese (doutorado em Ciência da Comunicação) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEMOS,Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da Terra Caldeira (org.). Introdução às fontes de informação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOURENÇO FILHO, M. B. O ensino e a biblioteca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.1a Conferência da Série “A educação e a biblioteca”, pronunciada na Biblioteca do DASP,em 05/07/1944.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O decreto de Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. Histórias e memórias da educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, v.2, p.91-103, 2011.

MARTINS, Marcus Vinicius Rodrigues. A biblioteca escolar no processo de escolarização da leitura no contexto do movimento Escola Nova: 1920-1940.2013.Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

MENEZES, Ebenezer Takunode; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. In: DICIONÁRIO INTERATIVO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA –Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em:http://www.educabrasil.com.br/manifesto-dos-pioneiros-da-educacao-nova/Acesso em:3 deabr.2019.

NUNES, C. Historiografia comparada da escola nova: algumas questões. Rev. Fac. Educ.,São Paulo, v.24, n.1, p.105-125, jan. 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0102-25551998000100008Acesso em: 20 de set. 2020.

OLIVEIRA, Debora S. de. Biblioteca escolar e regime de informação: a lei n.12.244/2010 e a produção intelectual de pesquisadores e bibliotecários. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ROTHEN, José Carlos.O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos: uma leitura da RBEP.R. Bras. Est. Pedag.,Brasília, v.86, n.212, p.189-224, jan./abr.2005.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na primeira república: memória, história e perspectivas de pesquisa. Tempo [online].Niterói, vol.13, n.26, pp.32-55, 2009.

SOUZA. Elisabete G. de. Relação trabalho-educação e questão social no Brasil:uma leitura do pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria –CNI (1930-2000). 2012. Tese (doutorado) –Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. Revista Brasileira de Educação,Rio de Janeiro, n.14, p.61-88,maio/ago.2000.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua história: o Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. Aedos,Porto Alegre,n.15, v.6, p.164-180, jul./dez. 2014.

TEIXEIRA, Anísio. O humanismo técnico. Boletim CBAI. Rio de Janeiro, v.8, n.2, p.1186-1187, 1954.

VÁLIO, Else Benetti Marques. Biblioteca escolar: uma visão histórica.Transinformação, Campinas, SP, v.2, n.1, p.15-24, jan./abr.1990